



SOCIEDADE

Avança PL contra casamento LGBTQT+

Texto foi aprovado por 17 x 5 em comissão da Câmara. Relatório do deputado Pastor Eurico diz até que relações entre pessoas do mesmo sexo deixou de ser “doença” por causa da “militância gay na medicina”

» ALINE BRITO

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF) aprovou, ontem, o projeto de lei que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. O relatório do deputado Pastor Eurico (PL-PE) prevê “que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento, à união estável e à entidade familiar” e que padres, pastores e líderes religiosos não devem obrigados a realizar cerimônia de união homoafetiva.

O texto, que passou por 17 x 5, justifica que união entre pessoas do mesmo sexo não pode ser equiparada ao casamento civil por questões que envolvem a “perpetuação da espécie”. O Projeto de Lei (PL) 580/07 foi originalmente apresentado, em 2007, pelo ex-deputado Clodovil Fernandes, morto em 2009, e pretendia alterar o Código Civil para reconhecer o casamento homoafetivo. À época, não havia nenhuma garantia que reconhecesse a união entre pessoas LGBTQIAP+.

Pastor Eurico fez um histórico de como os homossexuais foram tratados ao longo da história e citou interpretações, do século 19, que consideravam a homossexualidade um distúrbio mental. “Em seus *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud incluiu a homossexualidade entre as ‘perversões’, ou ‘aberrações sexuais’, para usar seus termos, da mesma forma que fetichismo de cabelos e pés ou práticas sádicas ou masoquistas”, destacou o deputado.

Segundo o relatório, as relações entre pessoas do mesmo sexo só deixaram de ser consideradas “doença” porque “a militância gay na medicina” interferiu com “táticas de pressão violenta”. “Os atos homossexuais não só são incapazes de gerar vida, mas, também, porque não provêm de uma verdadeira complementariedade sexual, são incapazes de contribuir para a plena comunhão interpessoal numa só carne”, disse o relator.

A oposição classificou o relatório de “maldoso”, “discriminatório”, “medieval”, “nojent” e “retrocesso”. “Um relatório gigante, com palavras que me deixaram assustada. Não consigo entender porque tanta maldade. Isso é um negócio que me dá absoluto nojo. Estou enojada, porque o que nós estamos vendo, hoje, aqui, não é só votar uma inconstitucionalidade. Nós conseguimos piorar. O que estamos passando aqui é um retrocesso de 15 anos”, lamentou a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ).

“Contrato”

O texto aprovado foi modificado três vezes antes da votação. No início da manhã, o colegiado recebeu um relatório e, horas depois, uma versão com alterações foi enviada. Nesse segundo substitutivo, o relator sugeriu acrescentar um título ao Art. 4º do Livro IV da Parte Especial do Código Civil, em que concedia às pessoas do mesmo sexo que quiserem constituir uma vida a dois uma “sociedade de vida em comum”.

Dessa forma, os casais homoafetivos, tratados como

Vinicius Loures/Agência Câmara



Pastor Eurico citou até mesmo estudo de Freud que consideraria a homossexualidade uma “perversão”

“contratantes”, teriam o direito de “dispor sobre bens e rendimentos, definindo o que entrará no patrimônio comum a partir da celebração do contrato, respeitando-se os limites do Direito Sucessório”. Como forma de manifestação contra o projeto, os parlamentares da base do governo não quiseram discutir a alteração e saíram do Plenário.

A sessão foi das mais tumultuadas. Os movimentos sociais

que ocuparam o plenário como forma de manifestação contra o projeto bateram-boca com a deputada Priscila Costa (PL-CE) e foram expulsos do plenário pelo presidente do colegiado, o deputado Fernando Roldolfo (PL-PE).

“Esse relatório é abjeto, é um escárnio. Está completamente calcado pelo ódio que reverbera pelas bocas de vossas excelências, reunião após reunião”,

repudiou a deputada Erika Hilton (PSol-SP).

O projeto deve ser encaminhado às comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), antes de passar pelo Plenário da Casa. A expectativa dos governistas é que o texto não vá adiante, pois consideram que fere a cláusula pétrea da Constituição Federal que estabelece que “todos são iguais perante a lei”.

PREMIAÇÃO

Jornalista do Correio entre os mais admirados

Subeditora de Ciência e Saúde e autora da coluna *Pretos no Topo*, do **Correio Braziliense**, Carmem Sousa está na lista dos 50 jornalistas negros mais importantes do país. O prêmio +Admirados Jornalistas Negros e Negras da Imprensa, organizado pelo site Jornalistas & Cia., divulgará a relação dos 10 mais em novembro.

A distinção, cuja votação é popular, teve 60 jornalistas e 11 publicações destacados. Os finalistas serão homenageados na cerimônia de premiação, em 13 de novembro, em São Paulo. “Mais do que uma vitrine, esse prêmio é uma trincheira na luta antirracista e por maior diversidade

nas redações brasileiras”, ressalta Eduardo Ribeiro, diretor do Jornalistas & Cia.

A coluna *Pretos no Topo*, na editoria de *Trabalho e Formação*, coloca em evidência a vida de negras e negros. Mostra, sobretudo, as movimentações do mercado de trabalho para a população.

A eleição dos +Admirados Jornalistas Negros e Negras da Imprensa Brasileira contará com três reconhecimentos especiais, concedidos pela Comissão Organizadora: os troféus Glória Maria (Personalidade do Ano), Luiz Gama (Decanos do Jornalismo) e Tim Lopes (Revelação do Ano).

Advogado, filósofo, professor e ministro dos Direitos Humanos

e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida foi o escolhido para receber o Troféu Glória Maria — a carioca de Vila Isabel, que morreu em fevereiro do ano passado, foi primeira repórter negra de vídeo e é apontada como uma referência no telejornalismo.

Carmem é vencedora de diversos prêmios nacionais de jornalismo. Entre eles estão o Prêmio Bradesco de Longevidade, o Prêmio Senai de Jornalismo e o Prêmio da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. Ela também foi finalista do Prêmio Jornalista Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos com a série *Histórias de Consciência*.

Arquivo pessoal



Carmem é subeditora de *Ciência e Saúde* e faz a coluna *Pretos no Topo*

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Disparada de cursos EAD preocupa o MEC

» MAYARA SOUTO

O aumento no número de cursos de Ensino a Distância (EAD) preocupa o Ministério da Educação, uma vez que a regulamentação e o controle de qualidade têm fragilidades. A afirmação é do ministro Camilo Santana, com base no Censo da Educação Superior 2022, divulgado ontem pelo MEC e pelo Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Segundo o levantamento, o cursos EAD aumentaram 189,1% entre 2018 e 2022 — até o ano passado, eram aproximadamente 3 milhões de alunos matriculados nesta modalidade de ensino. O ritmo aumentou em função da edição de um decreto do então presidente Michel Temer, que

flexibilizou a abertura de polos de educação a distância no país.

“Estamos preocupados com esse aumento e o MEC fará uma análise mais rigorosa. Já se estava discutindo isso. Abrimos consulta pública, mas, pelos dados (do Censo da Educação Superior), exige de nós uma ação mais rápida. Não estamos aqui demonizando o ensino a distância. Ele é importante para facilitar a vida de muita gente, mas queremos prezar pela qualidade desses cursos”, afirmou Camilo.

Pedagogia é a graduação com maior procura nos cursos EAD, com cerca de 650 mil matrículas. Na sequência estão administração (393 mil) e contabilidade

(201 mil). Uma consulta pública está sendo realizada pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC para verificar se cursos como direito, psicologia, enfermagem e odontologia podem ser feitos a distância.

“Nas universidades federais, 34% dos cursos EAD são nota 4 ou 5. É muito baixo. Determinei realizar uma supervisão especial nos cursos a distância para rever todo o marco regulatório disso. Nossa preocupação não é o fato de ter um curso a distância, mas garantir qualidade. E é impossível determinados cursos serem feitos a distância neste país”, frisou.

Outro ponto destacado pelo Censo é o alto índice de vagas não ocupadas no ensino superior. Na rede pública chega a 32,45% e, na privada, 26,4%. Entre os 135 mil postos remanescentes nas universidades públicas, em 2022, apenas 20% foram ocupados.

“Estamos preocupados com nossas universidades públicas federais. Por que não conseguimos preencher as vagas?”, questionou o ministro. Segundo Camilo, o MEC estuda modificar o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) para que as inscrições não sejam mais feitas duas vezes ao ano, mas, sim, somente no início do ano.

VIOLÊNCIA

Polícia toma complexo de treino do tráfico no Rio

» VINICIUS DORIA
» ÁNDREA MALCHER

A megaoperação das forças de segurança do Rio de Janeiro em comunidades cariocas dominadas por facções do tráfico de drogas entrou, ontem, no segundo dia, com a mobilização de mais de mil agentes das polícias Civil e Militar do estado. Um dos alvos foi um clube que servia de centro de treinamento do tráfico de drogas, no Complexo da Maré (Zona Norte da cidade).

O local onde os integrantes da facção que controla a região se tornou conhecido depois que imagens de treinamentos de guerra pelos criminosos foram feitas com drones e exibidas pela *TV Globo*. A piscina do complexo esportivo na Vila do Pinheiro também era usada para lazer dos traficantes. Nessa comunidade, foram apreendidos pés de maconha cultivados em uma estufa e 60 carros clonados, que estavam em um galpão. Nas ações, a polícia encontrou dois fuzis, munição e drogas.

A polícia apreendeu, em uma favela do Complexo da Pedreira, também na Zona Norte, um adolescente de 15 anos suspeito de jogar uma bomba no interior de um ônibus, em 27 setembro, que deixou três pessoas feridas. Outros cinco suspeitos de participar do atentado ainda estão sendo procurados.

Na Maré, os agentes cumpriram mais de 50 mandados de prisão e ocuparam pelo menos 10 pontos do complexo. Duas escolas estaduais e 41 municípios estão fechadas desde segunda-feira, quando a operação foi deflagrada, deixando sem aulas cerca de 14 mil estudantes.

Pedofilia

Em paralelo, as polícias civis de 12 estados, em parceria com o Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) do Ministério da Justiça e Segurança Pública, deflagraram, ontem, a Operação Bad Vibes, para combater a pornografia infantil. Foram cumpridos mandados de prisão e outros 36 de busca e apreensão contra pessoas que comercializavam e consumiam conteúdos de abuso sexual contra crianças e adolescentes em grupos do aplicativo Viber.

Foram efetuadas 12 prisões em flagrante em Sergipe, Santa Catarina, Espírito Santo, Pará, Ceará, São Paulo, Paraná, Goiás, além de cinco prisões temporárias no Piauí. No Paraná, foram cumpridos 14 mandados em sete cidades: Curitiba, São José dos Pinhais, Campo Mourão, Paranavaí, Colombo, Jaguariaíva e Maringá. Segundo a Polícia paranaense, foram apreendidos 41 equipamentos eletrônicos.

A operação contou com o apoio de agentes forenses para analisar os dispositivos apreendidos. De acordo com a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, “a ação integrada teve como ponto de partida informações prestadas pela agência da Homeland Security Investigations (HSI), da Embaixada dos Estados Unidos, em Brasília, com base em investigações levadas a cabo pela agência da HSI em Pretória, África do Sul, que identificou a participação ativa de brasileiros nesses grupos”.

O Viber é um aplicativo de mensagens e chamadas gratuitas, menos conhecido que o WhatsApp e o Telegram, mas semelhante. A Rakuten Group, responsável pelo Viber, aponta que o serviço conta com mais de 1 milhão de usuários.